

A IMPRENSA E AS BASES SOCIAIS DE APOIO AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO PARANÁ (1960-1964)*

THE PRESS AND SOCIAL BASES IN SUPPORT OF THE 1964 CIVIL-MILITARY COUP IN PARANÁ (1960-1964)

Reginaldo Cerqueira Sousa¹

RESUMO: Este artigo analisa a frente política contra João Goulart formada no Paraná, entre 1960 e 1964, por lideranças de partidos políticos, da igreja católica, de setores empresariais e da sociedade de classe para desestabilizar o governo democraticamente eleito e pavimentar o caminho para uma intervenção militar. Para isso, analisaram-se editoriais e matérias publicadas em jornais e revistas da época que disseminaram o discurso anticomunista causando medo e pânico na população para obter adesão aos interesses dessa frente política. A grande imprensa, nesse caso, foi um importante instrumento de gerenciamento do debate e da opinião pública em torno dos interesses de grupos políticos, econômicos e religiosos que almejavam a manutenção de privilégios e a permanência no poder.

PALAVRAS-CHAVE: Grande imprensa. Anticomunismo. Consentimento político. Golpe civil-militar.

ABSTRACT: This article analyzes the political front against João Goulart formed in Paraná, between 1960 and 1964, by leaders of political parties, the Catholic Church, business sectors, and the class society to destabilize the democratically elected government and pave the way for a military intervention. To this end, the study analyzed editorials and articles published in newspapers and magazines of the time that disseminated the anti-communist discourse, spreading fear and panic among the population to gain support for the interests of this political front. In this case, the mainstream press was an

* O presente artigo é fruto de pesquisa realizada, sem financiamento, durante o doutorado sobre as bases sociais da ditadura militar.

¹ Reginaldo Cerqueira Sousa é mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), pesquisador e membro do grupo interinstitucional de pesquisa Direitos Humanos e Políticas de Memória (DIHPOM), vinculado ao CNPq. E-mail: reginaldo-cerqueira@unifesspa.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7498-2957>

important tool for managing the debate and public opinion regarding the interests of political, economic, and religious groups who sought to maintain privileges and remain in power.

KEYWORDS: Mainstream press. Anticommunism. Political consent. Civil-military coup.

Introdução

Para os historiadores, “[...] a imprensa tem sido um manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois permite acompanhar a vida de homens e de mulheres através do tempo. A imprensa registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1988, p. 13). Por fazer parte da vida de uma sociedade, a imprensa está imersa em relações de poder e participa das tensões e dos conflitos sociais que colocam, em um campo de disputa constante, interesses políticos, econômicos entre outros. Isso torna complexa a sua referida análise e a relação que estabelece com o meio social no qual está inserida. Por essa razão, é necessário problematizá-la a partir de suas distintas formas de atuação (SILVA, 2014), o que oferece a possibilidade de abordagens diversas.

Dentre as abordagens disponíveis, propomos, neste artigo, a análise da relação entre a imprensa e o golpe civil-militar de 1964, no estado do Paraná, entre 1960 e 1964. Objetiva-se compreender como se deu o processo de articulação da frente política contra João Goulart que reuniu, em Curitiba, a capital do estado, líderes de partidos políticos, membros da igreja católica, lideranças de associações cívicas femininas, empresários do comércio, da indústria gráfica e da educação em torno de uma articulação a favor da intervenção militar. A hipótese é a de que a imprensa, no período mencionado, gerenciou a opinião pública em favor de interesses econômicos e políticos dos grupos ligados a essa frente política e incentivou manifestações populares de rua contra João Goulart e a favor de sua destituição da presidência da república.

É preciso dizer que o apoio da sociedade civil à ditadura militar foi pouco explorado pela historiografia. Edson Teles (2009) e Daniel Aarão Reis (2014) pontuam que o motivo do silenciamento foi o processo de

redemocratização. Nos anos 1980, projetou-se um modelo de sociedade para o Brasil com base no discurso coletivo e do consenso social essencial à construção da Nova República. Diante desse desafio, as pesquisas dessa época priorizaram as temáticas “revolução” e “revolta” e produziram, segundo Francisco Falcon (1997), uma literatura centrada no sistema repressivo e nas resistências ao arbítrio, dando pouca atenção à relação estabelecida entre sociedade civil e militares crucial à viabilidade do golpe civil-militar de 1964.

Entretanto, as bases sociais da ditadura militar foram abordadas pelo historiador e cientista político René Armand Dreifuss (1981). Munido de uma vasta e robusta documentação, Dreifuss mostrou como se deu a participação de civis — mais especificamente das elites sociais, políticas e econômicas brasileiras — na preparação e na execução do golpe civil-militar. Esse tema também foi tratado por Solange de Deus Simões (1985). A cientista política pesquisou a atuação de mulheres das classes média e alta na formação de movimentos cívicos femininos e organização das marchas em favor da família e contra o comunismo na primeira metade da década de 1960.

Contribuição relevante, nessa direção, veio da histografia das primeiras décadas do século XXI. Aqui, a pesquisa de Maria José de Resende (2001) — acerca dos mecanismos de legitimação social durante a ditadura militar — e a obra organizada por Denise Rolleberg e Samantha Viz Quadrat (2010) merecem destaque. Esta última, em três volumes, reúne textos de vários historiadores sobre as bases sociais de regimes autoritários no Brasil e no mundo. Essas pesquisas ancoram-se nos estudos de Pierre Laborie (2010), que entendia que as atitudes de indivíduos e grupos eram marcadas por situações simultâneas de proximidade e distanciamento dependendo das circunstâncias históricas. Nessa “zona cinzenta”, situava-se a colaboração e o consentimento a regimes autoritários.

Nesse contexto, surgem outras interpretações sobre a ditadura militar. Uma delas é a de Daniel Aarão Reis (2014). O historiador considera a presença de civis e o apoio desses aos militares para derrubar o presidente João Goulart e opta pela denominação “golpe civil-militar”. Outro historiador, que

problematiza o tema, é Carlos Fico (2017). Ele afirma que o golpe, de fato, foi civil-militar, mas, em razão do aprimoramento e criação dos dispositivos de controle a partir de 1967, o regime passou a ser controlado inteiramente pelos militares. Esse é o momento, para o cientista político Adriano Nervo Codato (2004), que o golpe político-militar se concretiza como regime ditatorial-militar, sendo o marco o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de dezembro de 1968. Isso, porém, não excluiu as bases sociais da ditadura militar, que continuaram a existir de acordo com os ciclos de “repressão” pela intensificação do autoritarismo, e ciclos de “liberalização” com restrições sobre atividades políticas, do regime ditatorial-militar (CODATO, 2004, p. 14), a exemplo da grande imprensa.

A grande imprensa, que, aqui, consideramos fazer parte “[...] jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação social” (NAPOLITANO, 2017, p. 347), foi um instrumento para a disseminação do discurso contra o comunismo a partir da instrumentalização política do medo. Aqui, compreendemos “discurso” enquanto um arquivo de imagens e afirmações transindividuais e multi-institucionais que forma uma linguagem comum e permite representar o conhecimento a respeito de um determinado tema (FOUCAULT, 2006). Um arquivo que estabelece um regime de verdades encapsulado em estruturas institucionais que excluem certas vozes, estéticas e representações.

Em relação ao comunismo, o texto de Bethania Mariani (1998) é relevante para o tema “imprensa e ditadura militar”. Por meio da Análise do Discurso, Mariani analisa como o comunismo e o comunista são representados pelo discurso da imprensa entre 1922 e 1989. Durante esse período, produziu-se e circulou um discurso sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como inimigo da sociedade, fixando o comunismo como o lugar do mal. Ao fazer isso, esse discurso, ao mesmo tempo, filiava a identidade brasileira ao imaginário cristão ocidental e estabelecia o inimigo a ser combatido. Para a autora, “[...] a mídia funciona como elemento fundamental na representação e

re-produção dos consensos resultantes de hegemonias políticas" (MARIANI, 1998, p. 44).

No Brasil, o anticomunismo se fundamentou em três matrizes: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo (MOTTA, 2002). Esteve presente no colapso institucional da democracia brasileira de Getúlio Vargas até o golpe de 1964. Atuante em momentos de crise, manifestou-se por meio de um conjunto de simbolização, ideário, imaginário e iconografia contra o que se denominou "inimigo comum". Para o catolicismo em geral, o comunismo era uma ameaça, pois questionava e negava a existência de Deus e estimulava a disseminação do ateísmo. Setores conservadores da igreja católica acusavam o comunismo de pretender substituir a moralidade cristã e destruir a instituição familiar, a hierarquia e a ordem. Para combatê-lo, era preciso unir o mundo católico.

Na perspectiva do nacionalismo — que reivindicava uma ideia de nação inspirada no romantismo alemão e compreendia a nação enquanto um conjunto orgânico superior aos conflitos sociais — o comunismo pregava a divisão social e a destruição do corpo nacional insuflando o ódio de classe. Pelo liberalismo, por sua vez, o comunismo era acusado de sufocar as liberdades individuais ao praticar o autoritarismo político. Temia-se a destituição do direito à propriedade privada por meio da estatização dos bens e da economia.

No Paraná, nos anos que antecederam o golpe civil-militar, o discurso anticomunista foi disseminado pela revista *Panorama* e pelo jornal *Gazeta do Povo* entre outros meios de comunicação. Editoriais e matérias publicadas por esses veículos de comunicação gerenciaram a opinião pública a partir de interesses de setores empresariais, religiosos e políticos. Escolhemos esses periódicos em virtude de sua ampla circulação, em Curitiba e demais regiões do Paraná, e porque a maioria de seus editoriais e matérias, publicados no recorte temporal aqui pesquisado, era o porta-voz da frente política anti-João Goulart e a favor da intervenção militar.

O jornal *Gazeta do Povo* foi criado em 1919. Com tiragem diária, abordou temas do mundo da política, economia, cultura, sociedade e dos

esportes entre outros. Participou das mudanças no mercado editorial brasileiro ao inserir-se na imprensa comercial. A revista *Panorama*, por sua vez, surgiu no início da década de 1950 em Londrina-PR. Na década de 1960, mudou-se para Curitiba onde ampliou o número de leitores. A revista pertencia a Oscar Schrappe Sobrinho, diretor executivo da Associação Comercial do Paraná (ACOPA) nos anos 1960.² Esse empresário, além de ser proprietário das *Impressões Paranaenses*, presidiu o Sindicato das Indústrias Gráficas em Curitiba. Com tiragem mensal, a revista abordava temas variados, como economia, política, sociedade e cultura.

Além desses periódicos, foi significativa a participação do jornal a *Voz do Paraná* fundado pelo arcebispo de Curitiba, dom Manuel da Silveira D'Elboux, em 1956, para ser um instrumento de apoio aos fiéis católicos “[...] no combate aos males que os afigiam” pela disseminação da fé e valores cristãos (CAMARGO, 1972, p. 113). O semanário foi contrário às reformas de base do governo, sobretudo às políticas de acesso à educação pública e ao currículo das instituições de ensino, e apoiou a derrubada de João Goulart. A partir de 1968, deixou de ser administrado por sacerdotes e passou para um grupo de leigos católicos que assumiu uma postura crítica diante dos abusos da ditadura militar (GADINI, 2021).

Em relação ao apoio desses segmentos sociais e da imprensa ao golpe civil-militar, ajudou-nos à compreensão o conceito de “ortodoxia consentida” elaborado por Pierre Ansart (1978, p. 144). O autor chamou a atenção aos meios de que se valem determinados grupos para conseguir adesão social. Como exemplo, têm-se a posse e o controle dos meios de disseminação ideológica, como a escola e a propaganda. Importantes instrumentos de difusão de valores para obter, por parte da população, a obediência. A grande imprensa, a partir dessa ideia, pode ser considerada um meio pelo qual determinados grupos expressaram seus ideais com vistas à mobilização da sociedade a favor de seus interesses. Por esse motivo, consideramos a imprensa um espaço capaz

² Usamos ACOPA porque é a sigla recorrente na documentação e na literatura que serviu de base para esse estudo (Ver: DREIFUSS, 1981, p. 183). Sigla atual ACP, conforme site da instituição <https://acpr.com.br/>

de fornecer aspectos da realidade social e, ao mesmo tempo, um dos indicadores das tensões políticas e das visões de mundo de uma sociedade em um dado momento histórico (LUCA, 2006).

Sobre a relação entre a grande imprensa e a ditadura militar brasileira, Marcos Napolitano (2017) pontua que jornais de grande circulação que conspiraram e apoiaram a ditadura militar fizeram oposição após o acirramento da censura e o surgimento de denúncias de torturas; porém, não romperam totalmente com o regime. Para o historiador, em 1979, ocorreu o afastamento paulatino da imprensa da ditadura militar. O momento coincide com o baixo nível de aceitação da ditadura, o refluxo do crescimento econômico e o debate público sobre a abertura política, diferente das manifestações de apoio ao golpe-civil em 1964.

O trabalho de Beatriz Kushnir (2012), por exemplo, problematiza segmentos da imprensa que, durante o período discricionário, e sobretudo a partir do recrudescimento da ditadura militar, optaram não pela resistência, mas pela colaboração com os militares. De acordo com a historiadora, alguns jornalistas tanto aceitaram a autocensura como compactuaram com os conteúdos das matérias definidos pelos censores. Isso possibilitou a montagem de uma rede de relações formada por jornalistas, na atividade de censores, e de policiais que atuavam com a mesma função.

Sendo assim, este artigo está estruturado em três momentos. O primeiro evidencia o discurso anticomunista a partir de editoriais e matérias publicadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, pela revista *Panorama* e por outros veículos de comunicação cujo intuito era causar medo na população e estimular a adesão política contra o governo de João Goulart. O segundo momento busca analisar a atuação de lideranças políticas na articulação que viabilizaria a intervenção militar. E, por fim, o terceiro momento abordará a articulação de uma frente política anti-Goulart organizada por lideranças políticas, religiosas e empresariais, e por associações cívicas femininas para desestabilizar politicamente o governo e abrir caminhos para um golpe civil-militar.

A imprensa do Paraná e o golpe civil-militar de 1964: “o perigo vermelho existe entre nós”

A manchete “Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas”, publicada no *Diário do Paraná*, no dia 2 de abril de 1964, após o golpe civil-militar que destituiu da presidência da república João Goulart, é um exemplo do entusiasmo da chamada grande imprensa com as Forças Armadas.³ Títulos semelhantes estamparam as páginas de jornais e revistas de grande circulação, no Brasil, deixando evidente a posição de parte da imprensa nacional ao que denominaram “Revolução” ou “Movimento” de 64. Foi essa mesma imprensa a responsável pela propagação do discurso anticomunista recorrente entre as elites políticas e econômicas quando seus interesses eram ameaçados, o que estimulou manifestações contrárias a João Goulart.⁴

O *Diário do Paraná*, vale lembrar, fazia parte da empresa Diários Associados, um conglomerado midiático de alcance nacional que, entre 1920 e 1945, pertencia a Assis Chateaubriand. Nos anos 1960, tornou-se uma rede composta por jornais e emissoras de televisão espalhados pelo Brasil. A Diários Associados, as Empresas Globo, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* formaram, em 1963, a Rede da Democracia. Por meio de transmissões radiofônicas, em cadeia nacional, e da imprensa escrita, a Rede combateu o discurso nacional-reformista, preparando o terreno para as oposições a João Goulart (SILVA, 2008). Sua aparente imparcialidade tinha como meta a defesa das instituições democráticas, da família e da moralidade cristã, mas encobria os interesses econômicos das elites que disputavam o poder político na época.

³ João Goulart, que era vice-presidente, assumiu a presidência do Brasil após Jânio Quadros, empossado presidente da República em 31 de janeiro de 1961, ter renunciado ao cargo sete meses depois.

⁴ A eleição para presidente e vice-presidente eram realizadas de modo separado. Em 1960, Jânio Quadros (PTN), Henrique Teixeira Lott (PSD) e Ademar de Barros (PSP) concorreram ao cargo de presidente da República e, para o de vice-presidente da república disputaram o pleito eleitoral João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (MTR). Os vencedores eram de chapas diferentes sendo o presidente, Jânio Quadros, da oposição e, o vice-presidente João Goulart, da situação. A constituição de 1988 determinou que os candidatos a presidente e vice-presidente fossem concorridos em uma única chapa.

No Paraná, a *Gazeta do Povo* e a revista *Panorama*, entre outros periódicos, foram os responsáveis pelo trabalho midiático contra João Goulart (GIMÉNEZ, 1999). Em seus editoriais e matérias, não foi difícil encontrar discursos em defesa da família, a favor da moral cristã e com críticas ao governo federal. As publicações funcionavam como uma convocação à população para manifestações públicas — fossem essas nas ruas ou por meio de outros instrumentos políticos — contra o que consideravam ser o “risco de comunização do Brasil”. Segundo Pierre Ansart (1977), esse tipo de discurso almeja o controle da opinião pública e objetiva garantir a aderência ou o consentimento de parte da sociedade em torno de uma causa comum para que determinados grupos assegurem seus interesses, alcancem o poder e mantenham a hegemonia.

Essa questão pode ser observada em matérias sobre como o governo estava lidando com a crise econômica do início da década de 1960 e sobre uma suposta ameaça comunista. Pouco se discutia sobre as causas da crise econômica e a forma com que essa resultou de inúmeros fatores, entre os quais citamos o projeto de desenvolvimento nacional das décadas anteriores. Com uma economia baseada em importações, a falta de atenção aos setores de produção, como a agricultura, e os investimentos voltados para os centros urbanos geraram a escassez de alimentos, provocando aumento de preços de gêneros alimentícios. Outro fator que contribuiu foram os recursos mobilizados para a construção de Brasília, no período Juscelino Kubitschek (1956-1961), que, em 12 meses, pesaram nos cofres públicos e elevaram os índices de inflação a 60% em 1962. No ano seguinte, esse índice passou de 80%. O Cruzeiro, moeda corrente à época, desvalorizou-se gradativamente exigindo o controle cambial, a restrição de remessas de lucros, os cortes de gastos públicos e o aumento de preços de bens e serviços.

O jornal *Gazeta do Povo* e a revista *Panorama* deram atenção aos aspectos políticos e econômicos da crise, apresentando uma visão catastrófica da sociedade a fim de causar, intencionalmente, a instabilidade social. Na maioria das vezes, o recurso utilizado era o da metáfora. Por meio dessa figura

de linguagem, pretendiam alcançar a dimensão psíquica dos indivíduos e, dessa maneira, compor um quadro psicológico dos fatos cujo pano de fundo eram o pânico e o medo, sentimentos que podem produzir comportamentos sociais a exemplo daqueles observados nas passeatas por liberdade, Deus e família realizadas em importantes cidades brasileiras.⁵

As imagens utilizadas com o propósito de atingir o efeito desejado associavam o comunismo a infecção, vírus, invasão e infiltração. Os termos insinuavam a ideia de doença e de contágio para criar a convicção de que o perigo — definido como comunismo — não mais se encontrava além das fronteiras do Brasil, mas, agora, no interior da sociedade e que (certificando tal fato) havia contaminado membros dos principais órgãos do governo federal. Inclusive o presidente da república era adepto a essa ideologia, como podemos observar no editorial da revista *Panorama*:

[...] o perigo vermelho existe entre nós e, desgraçadamente — é incrível, mas é verdade — existe velada ou ostensivamente nos gabinetes de todo ou quase todos os setores da vida nacional. Há comunistas ou pró-comunistas nos corredores do Palácio do Planalto, nos ministérios, nas assessorias, nas autarquias, nos quartéis, nos sindicatos e onde quer que haja uma área de influência e de ação sobre as massas, sobre o povo, sobre as multidões. Em influência e esta ação, para desgraça nossa, vêm de cima para baixo, do planalto para a planície, do governo para o povo. Este é o perigo (SOETHE, 1963).

Se a ameaça não estava vindo das margens para o centro, mas de cima para baixo, partindo do próprio governo para, então, espalhar-se pela sociedade, cabia à população a tarefa de manifestar-se ou reagir contra esse perigo. Vale ressaltar que, desde o início do século XX, as representações do comunismo, na imprensa, davam-se por meio de termos como “sectaristas”, “ferozes”, “inimigo”, “elemento desvairado”, “tiranos vermelhos”, ou seja, no imaginário brasileiro, os jornais estabeleciam o comunismo como ameaça aos valores

⁵ Entre março e junho de 1964, foram realizadas Marchas com Deus pela Liberdade em quase 60 cidades brasileiras. As maiores ocorreram em São Paulo (SP), com 500 mil pessoas nas ruas, Uberlândia (MG), Recife (PE) e Fortaleza (CE) com 200 mil cada (PRESOT, 2010, p. 83-86).

estabelecidos invocando um dispositivo ideológico de ética alicerçado no cristianismo ocidental (MARIANI, 1998).

No Paraná, a maneira de compreender a crise e o modo com que ela foi lida pela maioria da população passou pelo filtro da imprensa. A opinião dos proprietários dos meios de comunicação adquiriu um *status* de verdade sobre os fatos e contribuiu para a construção de uma visão única acerca dos problemas políticos e econômicos por que passava o Brasil no período. Em “Quanto pior melhor”, editorial da *Gazeta do Povo* de 12 de janeiro de 1964, a aposta foi na desesperança para provocar medo à população:

Na realidade estamos vivendo na fase da falta de esperança, tão grande desmazelo, tão larga a mazórca, tão inquietante as auroras sociais e os horizontes econômicos. O estágio do quanto pior, melhor, que é um dos estandartes vermelhos dos marxistas e que o deputado federal Ivan Luz, do Paraná, entende ter sido adotado pelo governo do sr. João Goulart (GAZETA DO POVO, 12 jan. 1964).

O tema esteve, também, presente na coluna do advogado Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1964) para quem a origem da crise econômica era o próprio governo federal. O colunista responsabilizou João Goulart pelo aumento de preços, principalmente de gêneros de primeira necessidade, classificando a ação como estratégia para a desestabilidade institucional, o que seria o primeiro passo para uma revolução socialista. O editorial sugere que os únicos capazes de evitar essa tragédia seriam os militares.

Tais mensagens, devido ao trabalho de repetição, logo encontraram aderência em boa parte da população que estava descontente com a situação econômica do País. A tática era mostrar à sociedade que o “perigo vermelho” impregnava o governo federal. Espalhar-se por todos os segmentos da sociedade era apenas uma questão de tempo. A contaminação comunista teria se apoderado, inclusive, da Petrobrás (GAZETA DO POVO, 31 jan. 1964). Considerada um símbolo nacional, a estatal criada por Getúlio Vargas esteve, com frequência, nas matérias de jornais e revistas que reforçavam a ideia de degeneração do governo. Nesse caso, a imagem do presidente João Goulart era

apresentada como a de um homem incapaz de dialogar com os trabalhadores cujos interesses, reforçava o jornal, eram alheios à realidade brasileira.

As críticas ao chefe do executivo federal desconsideravam a conjuntura política daquele momento. Havia um grupo de políticos de tradição conservadora, excludente e elitista, avesso à participação política de trabalhadores. Esse grupo dificultou, por exemplo, a aprovação de medidas encaminhadas pelo executivo federal para atenuarem os problemas econômicos e sociais causados pela crise à população. Autodenominavam-se defensores da democracia, porém, defendiam um regime político com a participação de poucos. Para Marcos Napolitano (2014), à medida em que a agenda reformista foi assumida como um projeto político pelas esquerdas, esses segmentos conservadores reagiram financiando as manifestações públicas pelo País.

Essas críticas também ignoravam a posição da Petrobrás no cenário econômico. A estatal brasileira possuía o monopólio na área petrolífera, o que confrontou interesses econômicos internacionais. A empresa definiu disputas políticas, sobretudo porque o presidente João Goulart, considerado por setores econômicos como herdeiro do varguismo, era visto como defensor do monopolismo do Estado, o que não era bem visto pelo empresariado. Essa pode ter sido uma das razões pela qual se investiu na disseminação de mensagens da Petrobrás enquanto reduto de subversivos e grevistas que queriam paralisar as atividades com o objetivo de provocar caos na indústria.

Outra questão consiste no fato de que o empresariado tinha receio da organização dos trabalhadores pela possibilidade de resultar em reivindicações por direitos e melhores condições de trabalho. Os trabalhadores, porém, articulavam-se a favor do projeto de reformas com a realização de atos políticos, como o que resultou no comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. O comício vinha sendo organizado pela Frente de Mobilização Popular, mas foi alvo de grupos católicos conservadores, sobretudo de organizações cívicas femininas que tentaram impedir sua realização. Se uma parte dos católicos era contra o ato dos trabalhadores, outra parte da igreja católica se mostrava favorável à agenda

reformista, como a Ação Católica pela publicação de manifesto em apoio a João Goulart e adesão ao protesto dos trabalhadores (FERREIRA; GOMES, 2014).

No entanto, o empresariado, sentindo-se afrontado pelos trabalhadores, agiu por meio da imprensa que publicou matérias que associavam os trabalhadores a subversivos e desordeiros, a exemplo da matéria intitulada “A cobra fumou”, publicada pela revista *Panorama*:

Tudo começou no dia 13 de março findo, numa fatídica sexta-feira. Na noite daquele dia, o sr. João Goulart, num gesto de provocação, compareceu a um comício de caráter subversivo que o estado-maior comuna-nacionalista mandou realizar na Praça Cristiano Ottoni, na Guanabara. Ali se reunira a fina flor da pelegada vermelha, cerca de 500 mil pessoas previamente arregimentadas e devidamente instruídas por elementos da esquerda, para aclamar os discursos da expropriação e da encampação – a primeira, das terras ao longo das estradas e o segundo, das refinarias de petróleo – assinadas momento antes pelo presidente da república. As manifestações delirantes daquela multidão serviram – calcularam e defenderam os assessores da presidência – para convencer a nação que o sr. Goulart estava agido em consonância com a vontade soberana do povo brasileiro (1964).

Segundo a revista, foi a radicalização dos setores de esquerda que deu origem às reações contra o governo federal. O comício da Central do Brasil serviu para alimentar o que setores da imprensa destacavam diariamente nos noticiários: João Goulart agia para implantar o socialismo. Fez insinuações ao público leitor de que o comício dos trabalhadores era um desagravo à democracia, afirmando que “[...] a opinião pública recebe o ímpeto como a primeira chicotada bolchevista em plena face” (PANORAMA, mai., 1964), intencionando que se acreditasse que a origem da violência era o governo federal: ele próprio, o mal a ser combatido.

Ainda sobre a matéria, chamamos a atenção para as palavras “expropriação” e “encampação”. A primeira tem relação com o direito à propriedade privada e, a segunda, com a tomada de posse de uma empresa privada pela administração pública. Isso demonstra que a preocupação

compartilhada pelo empresariado se referia ao fato de que o Estado poderia interferir e assumir o controle do mercado, afrontando o princípio liberal da livre concorrência e do livre mercado, motivo de descontentamento dos setores da indústria ligados ao mercado editorial e gráfico no Paraná.

Em outros trechos, a matéria traz à memória momentos considerados importantes na história do Brasil. Por exemplo, ao afirmar que “O dia 1º de abril de 1964 é a reedição melhorada de 07 de setembro de 1822” (PANORAMA, mai., 1964), a revista endossa a ideia de que a tomada do poder pelos militares consistia na continuidade da independência do Brasil. Ou seja, apresentando o golpe civil-militar como sendo uma segunda independência — agora tutelada pelas Forças Armadas — contra as forças subversivas. A “Revolução de 64”, assim chamada pelos militares e seus defensores, inaugurava, no século XX, uma nova fase na história do Brasil ao salvar a pátria da “dominação comunista”.

Para reforçar o caráter salvacionista, a revista lembra os militares brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial, retomando a expressão “a cobra fumou”. Uma cobra fumando um cachimbo foi o símbolo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou ao lado de aliados, na Itália, durante a Segunda Grande Guerra. O símbolo, que fazia menção às cores da Bandeira Nacional, pretendia transmitir ao leitor a ideia de bravura dos soldados brasileiros e representar a força infalível dos militares brasileiros na Europa. Segundo a revista, se os soldados brasileiros não falharam na guerra em terras estrangeiras, do mesmo modo não falhariam, no Brasil, na luta contra o extremismo das esquerdas.

A imagem construída dessa maneira compreendia o golpe como uma causa justa e legítima. Isso viria a ser confirmado com as notícias divulgadas sobre um possível “golpe vermelho” preparado para 2 de abril de 1964. Essa informação reforçava a ideia de que havia infiltrados e subversivos, nos órgãos governamentais e nas empresas estatais, como já mencionado. Segundo a matéria, “[...] num depósito da Petrobrás localizado em Tapanã, estado do Amazonas, oficiais do Exército descobriram e aprenderam seis mil armas

automáticas modernas, de fabricação tcheca. Essas armas seriam usadas pelos funcionários da Petrobrás numa rebelião que pretendiam fomentar" (PANORAMA, mai., 1964).

Como sabemos, os sentimentos de medo e pânico potencializados por esse tipo de notícia caracterizaram o clima de instabilidade política entre 1960 e 1964 (OLIVEIRA, 2004). A derrocada de João Goulart significou alívio, em um primeiro momento, para os segmentos da sociedade que apoiavam a intervenção militar. Importante lembrar que esse discurso foi arquitetado em uma trama política nos bastidores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) fundado em 29 de novembro de 1961. O instituto reuniu empresários, militares, técnicos e intelectuais no intuito de propor, sob o prisma liberal, reformas políticas e econômicas para o País (DREIFUSS, 1981). No conjunto de suas atividades, estavam as publicações de livros e a organização de congressos em áreas diversas para promoverem atividades intelectuais. Seu objetivo era:

Promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, desenvolver e coordenar estudos e atividade de caráter social e, por meio de pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, bem-estar social e fortificar o regime democrático no Brasil (DREIFUSS, 1981, p. 164).

No entanto, o lado que ficava encoberto era uma campanha política, ideológica e militar "[...] contra o governo de João Goulart e contra o alinhamento das forças sociais que apoiavam sua administração" (DREIFUSS, 1981, p. 164). O IPES foi o representante orgânico do grande capital e o articulador da mobilização política e ideológica das classes médias contra pautas progressistas. Juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), encarregou-se da propaganda antijanguista cuja intenção era fragilizar as bases políticas de apoio ao governo e fazer com que a sociedade se posicionasse contra as propostas de reformas de base. Para alcançar seus propósitos, o instituto arregimentou políticos e contou com o apoio financeiro do empresariado brasileiro. Sua estreita relação com os

movimentos femininos, que atuaram no processo de radicalização anticomunista, no início dos anos de 1960, foi importante para a campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Foi, portanto, um dos idealizadores e colaboradores da divulgação das manifestações públicas anti-Goulart por meio de financiamento e uso da estrutura de propaganda, que ocorreram em diversas cidades do Brasil, entre elas Curitiba.

Em Curitiba, a ACOPA esteve próxima ao IPES. Cogitou-se a possibilidade de se criar uma sede do instituto, no Paraná, para cuidar da formação de empresários e abordar temáticas sobre as dimensões econômica e política que, naquele momento, o setor considerava um impasse para o desenvolvimento do País (DREIFUSS, 1981). A partir da orientação liberal, o discurso da ACOPA teve base na livre iniciativa por meio da defesa das liberdades individuais, entre elas a liberdade religiosa e a de expressão; mas, como pano de fundo, estava o livre mercado. Em parceria com a União Cívica Feminina Paranaense (UCF-PR), a associação organizou a “Marcha a Favor do Ensino Livre”, a versão de Curitiba para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, tema que será abordado nos próximos tópicos do artigo.

Políticos em campanha pela intervenção das Forças Armadas: Ney Braga e a oposição a João Goulart

Com a mensagem “salvaram o Brasil dos falsos nacionalistas”, garantindo às gerações futuras uma “Pátria unificada, progressista, sem a presença de ideologias espúrias” (GAZETA DO POVO, 3 abr. 1964), Ivo Pereira Arzua,⁶ o então prefeito de Curitiba, fez elogios aos militares que, no seu entendimento, restabeleceram a ordem no País. Além disso, no entendimento do prefeito, foi decisiva a atuação dos governadores Carlos

⁶ Ivo Arzua Pereira (1925-2012). Prefeito de Curitiba (1962-1967). Ministro da Agricultura (1967-1969). Durante o governo do general Arthur Costa e Silva. Participou da reunião do Conselho Nacional de Segurança, em dezembro de 1968, que aprovou o AI-5. Embora, em 1977, tenha declarado ter sido voto vencido durante a aprovação do Ato que trouxe o recrudescimento do regime militar. Deixou a pasta da Agricultura, com a posse do general Emilio Garrastazu Médici, em 1969, para assumir a diretoria da Telepar (Companhia de Telecomunicações do Paraná).

Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Adhemar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) e Ney Braga (Paraná) à frente do movimento cívico que levou ao que ele denominou “vitória do Exército brasileiro”.

No Paraná, Ney Braga foi a liderança política no período de tensão e durante o golpe civil-militar. Antes de assumir cargo político, Ney Braga teve uma sólida formação militar. Estudou na Escola Militar do Realengo (1935-1937) e fez curso de aperfeiçoamento de oficiais na Escola de Comando e do Estado-Maior do Exército (1946-1948), onde conheceu o então coronel Humberto de Alencar Castelo Branco e se tornou amigo dele.⁷ Ney Braga ingressou na política, em 1952, pelas mãos do cunhado e também governador, Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), ocupando o cargo de Chefe de Polícia do Paraná (equivalente ao secretário de segurança). Em 1954, foi eleito para a prefeitura de Curitiba e ingressa no Partido Democrático Cristão (PDC), partido que o lançou candidato ao governo do estado, em 1959, com amplo apoio da igreja católica. A campanha também contou com o apoio IPES/IBAD preocupados com o avanço da organização dos trabalhadores no interior do Paraná (DREIFUSS, 1981).

Vale lembrar que os partidos cristãos surgiram, nos séculos XIX e XX, na Europa. Fortaleceram-se após a Segunda Guerra com a participação de militantes católicos defendendo o direito à liberdade e o uso das instituições liberais por meio da referência à doutrina social da Igreja (BOBBIO, 1986). Os programas desses partidos tinham base nos valores da família, no respeito à propriedade privada, na participação nas relações de trabalho e no pluralismo político. Repudiavam o comunismo e faziam oposição ao controle excessivo do Estado na vida social. Apresentavam-se como uma opção para a democracia liberal capitalista e contra a doutrina revolucionária socialista (COELHO, 2009).

⁷ Após o golpe civil-militar, Castelo Branco torna-se presidente do Brasil e, em 1965, convida Ney Braga para o Ministério da Agricultura, pasta que assumiu até 1966.

No Brasil, uma das primeiras experiências foi a da organização da Liga Eleitoral Católica (LEC) criada em 1932. Objetivava articular a política e o mundo católico, na supervisão das eleições, e recomendava aos católicos os candidatos aprovados pela igreja católica. Posturas dessa natureza sofreram forte pressão durante o Estado Novo, que inviabilizou sua atuação junto aos católicos. Ao findar o Estado Novo, abriram-se os caminhos para que essas experiências voltassem ao cenário nacional. Nesse contexto, nasceu o PDC. Resultado da militância católica, o partido objetivou elevar moralmente as camadas populares e promover sua participação política para a união entre direito e moral como fundamentos da vida social.

Apesar do sucesso eleitoral, Ney Braga, para conseguir a maioria na Câmara Legislativa estadual, aproximou-se do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que tinha 12 deputados e que também foi o partido que mais cresceu no Paraná, no final da década de 1950, momento em que ocorriam grandes tensões sociais no campo com o avanço de movimentos que lutavam pela propriedade da terra e pela conquista de direitos trabalhistas. O apoio no legislativo, assim composto: PDC com 12 deputados; o Partido Social Democrático (PSD), com 8; o União Democrática Nacional (UDN), com oito (IPARDES, 1989, p.141-142), garantiu a Ney Braga um papel de destaque na gestão pública do estado e o colocou como um líder político respeitado, nos espaços institucionais, dentro e fora do Paraná.

Com a renúncia de Jânio Quadros, não havia clareza na posição de Ney Braga. Embora defendesse o seu retorno à presidência, o governador do Paraná tinha uma posição dúbia em relação à posse João Goulart, mas, ainda assim, manteve uma relação de proximidade ao PTB. Ney Braga utilizava a retórica das reformas, mas dizia que deveriam respeitar os valores cristãos (BATISTELLA, 2014). O afastamento de Ney Braga de João Goulart se deu em razão de indicações feitas pelo governador a órgãos importantes, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e à embaixada brasileira na Iugoslávia, recusados por João Goulart em 1963 (KUNHAVALIK, 1999). A partir desse momento, Ney Braga estreitou laços com os governadores de Minas Gerais,

São Paulo e Rio Grande do Sul e organizou uma frente de defesa da ordem social e da manutenção das instituições. Cada governador deveria montar, no seu estado, uma estrutura política capaz de mobilizar a população contra o governo de João Goulart.

Em documento publicado na revista *Panorama* (abr., 1964), Ney Braga exigiu soluções para a crise econômica e para a reforma agrária que se apresentavam como problema, no Paraná, naquele momento. O governador esperava do governo militar que as terras improdutivas entrassem no programa de reforma agrária; porém, defendeu o direito à propriedade privada e o respeito aos direitos constituídos. Ao se referir aos movimentos organizados por trabalhadores rurais e da cidade, disse que esses eram grupos organizados por lideranças clandestinas do PCB e que, de alguma forma, deveriam ser combatidos pela nova ordem. Vale ressaltar que uma parcela dos deputados da base de apoio do governador representava interesses de proprietários de terras e via, aí, a oportunidade de solucionar o problema das disputas e dos conflitos agrários no interior do estado.

A intenção de Ney Braga era projetar-se enquanto uma alternativa política no cenário nacional. O caráter desenvolvimentista de seu governo e sua visão de gestão modernizadora e conservadora do Estado o definiram como o político da família. Como membro do PDC de posicionamento ideológico definido pela pastoral católica, Ney Braga sustentava a imagem de pai zeloso e cuidadoso da família. Além da defesa da agenda moral e de costumes, o PDC foi um importante espaço de enfrentamento de ideias consideradas progressistas. Nesse sentido, por defender os princípios católicos, Ney Braga adquiriu posição política de destaque contra João Goulart, foi assíduo na campanha para a destituição do presidente e um importante aliado do arcebispo da diocese de Curitiba, dom Manoel da Silveira D'Elboux, na campanha anticomunista.

Somaram-se à campanha associações cívicas femininas que, em Curitiba, articularam um movimento contrário ao chamado “livro único”, que seria distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) às escolas

públicas, como parte da proposta de democratização da educação (GAZETA DO POVO, mar., 1964). Esse foi o estopim para que grupos ligados à igreja e aos políticos que já apresentavam divergência com o governo federal organizassem protestos, nas ruas de Curitiba, contra a proposta do MEC. Liderança importante foi Rosy Pinheiro Lima, quem articulou a formação e a organização de associações cívicas, grupos que formaram as bases das manifestações públicas anticomunistas e contra João Goulart no Paraná. Essas figuras foram peças-chave para a articulação da oposição ao governo deposto e, em seguida, para o apoio aos militares que deram o golpe de estado, em abril de 1964.

Às ruas contra o “livro comunista”

Na tarde do dia 24 de março de 1964, uma multidão saiu às ruas de Curitiba para protestar contra o que chamavam de implantação do “livro comunista” nas escolas públicas. De acordo com os jornais, havia, aproximadamente, 30 mil pessoas. Algumas delas seguravam cartazes e faixas nas quais se liam frases como “Só queremos um livro – a Constituição do Brasil”. Com o terço nas mãos, mulheres, homens e jovens percorreram as ruas do centro da capital paranaense gritando palavras de ordem a favor da democracia, da família e contra o presidente João Goulart pelos quais era considerado um comunista contumaz.

Diferente das manifestações que ocorrem em São Paulo e em outras cidades brasileiras, a “Marcha”, em Curitiba, tinha como mote a crítica ao projeto do MEC de criar um livro único para as escolas (CODATO; OLIVEIRA, 2004). Sobre a manifestação realizada naquela tarde, na capital do Paraná, a imprensa publicou:

Não foram, apenas, 30 mil pessoas que participaram da grande manifestação coletiva, defronte ao Palácio Iguaçu, contra a estatização do ensino e de livros didáticos passíveis de críticas democráticas. [...] Entendemos, realmente, que toda a imagem população da Capital esteve, indiretamente,

tomando parte nesse acontecimento. Não fossem impedimentos pessoais de milhares de conterrâneos, certamente, o número seria, acentuadamente, elevado, porque a índole da gente desta cidade se inclinou, batendo palmas, à iniciativa oportuna e meritória. Os curitibanos não se expressaram, tão somente, contra a encampação dos colégios particulares e contra o livro único. Rebelaram-se, notadamente, contra o sentido dessas medidas, que representam forma de garrotear a liberdade, num de seus pontos mais sensíveis: a formação cultural da mocidade. Com uma só escola, encampada que fossem os estabelecimentos, não teríamos direito de opção, de escola, mas aprenderiam as gerações jovens, somente, o que fosse do interesse dos senhores do Estado. Seria a precipitação pelos caminhos diversos de nossa índole e a desassistência integral aos nossos pendentes cristãos, pelo que, visivelmente, chegaria num futuro bem próximo (GAZETA DO POVO, 25 mar., 1964).

Percebe-se certo receio em relação à estatização. A distribuição de livros feita pelo MEC seria, na visão de quem participou da passeata contra o livro único, um modo de interferência do governo nas instituições de ensino. Esse receio, como mencionado, deu-se em razão do avanço da agenda reformista do governo federal assumida, posteriormente, pelas esquerdas como um projeto político, o que causou um sentimento de insegurança em alguns segmentos da sociedade. Para o segmento ligado às escolas privadas, essa interferência seria um problema para o que chamavam de livre concorrência no mercado.

O medo da estatização era também porque o Estado poderia interferir na vida privada dos indivíduos e na organização familiar, e implantar a laicidade na sociedade como um todo. Durante a campanha para o governo do estado, o jornal *Voz do Paraná*, por exemplo, posicionou-se a favor de Ney Braga e em desfavor de políticos contrários aos valores cristãos fazendo apelo a questões morais, como o divórcio, e acusando quem era contra o ensino particular (educação privada) de comunista (KUNHAVALIK, 1999). O discurso, na verdade, foi uma cortina de fumaça para encobrir a preocupação dos grupos econômicos que possuíam o controle de escolas privadas. Não por acaso, Ney Braga recebeu, no Palácio Iguaçu, algumas lideranças em protesto contra o que consideram interferência nos colégios particulares.

Um elemento que estava em pauta era a liberdade atrelada à leitura do liberalismo clássico feita por boa parte das elites econômicas e políticas, sobretudo quando o tema eram as liberdades individual e religiosa. Em um País cuja história fora profundamente marcada pela tradição religiosa do catolicismo, era inconcebível a ideia de não poder expressar um credo, uma vez que se acreditava que o comunismo, como era disseminado pela imprensa, não professava uma crença e não respeitava os valores do catolicismo referentes à família e à ordem social.

Pode-se observar essa questão nos termos usados no movimento como “tradição”, “valores cristãos”, “civilização cristã” entre outros. Dizer que esses valores ameaçados pelo governo federal com o projeto de reformas era um modo de chamar a atenção de boa parte da população que estava descontente com a situação econômica do Brasil. Acreditavam que o governo federal iria se apossar das instituições privadas de ensino para fazer delas um ponto de ensino e ideologização comunista (GAZETA DO POVO, 21 mar., 1964), o que significava a perda de lucro por parte dessas instituições que pertenciam, na sua maioria, a grupos religiosos ligados à igreja católica.

Por esse motivo, o arcebispo de Curitiba não tardou a incentivar as instituições da Igreja a engrossarem as fileiras do protesto contra João Goulart, entre elas a UCF-PR e a Liga das Senhoras Católicas de Curitiba (LSC). A LSC foi criada, em 1953, pelo arcebispo da diocese de Curitiba, dom Manuel da Silveira D'Elboux, com o objetivo de exaltar o casamento como base da formação da família, defender Maria como modelo ideal de mulher, exemplo de mãe, esposa perfeita e guardiã da pureza, e convocar as mulheres para formarem associações femininas cristãs. A UCF-PR surgiu, em 1963, no contexto de expansão de associações femininas de caráter cívico e conservador contra o avanço das ideias chamadas de progressistas no Brasil.

Essas associações femininas conseguiram arregimentar mulheres organizadas em suas bases para a passeata contra o “livro único” realizada em Curitiba. Mobilizaram líderes políticos, associações cívicas e religiosas para fazerem pressão para a não aprovação do livro didático pelo MEC. Nesse

contexto, a revista *Panorama* publicou uma matéria sobre a “encampação”, abordando aspectos que considerava nocivos para a juventude. De acordo com a matéria da revista:

Encampadas as escolas virá a doutrinação. Virão os livros únicos, os professores autômatos, a juventude teleguiada – feita manada, massa amorfa. Disto está convencida a opinião pública que repele e repudia os propósitos e as manobras comunicantes do ensino em nossas escolas. É lamentável que o Ministério da Educação, de quem depende a formação da nossa juventude, aprove e favoreça tais propósitos, inclusive divulgando e mandando adotar como livro único de História um compêndio em que a figura imortal de Caxias aparece como “defensor de oligarquias e latifúndio” (PANORAMA, mar., 1964).

Como mencionado, parte significativa das escolas privadas, em Curitiba, pertencia às instituições religiosas ligadas à igreja católica. Uma rede de ensino responsável pela formação dos jovens filhos da classe média e das elites da cidade. Há indícios de que as manifestações públicas contrárias a João Goulart foram encabeçadas pelas associações de pais e ex-alunos dessas escolas com o aval das lideranças religiosas e do arcebispo.⁸

Em relação à matéria, ainda se percebe que havia uma recusa à possível interferência do Estado porque isso colocava em risco os interesses econômicos na área da educação e da indústria gráfica. Além disso, os jornais católicos focavam sua crítica mais no aspecto que consideravam ideológico e a favor do governo do que na proposta de ampliação do acesso à educação à população.

A medida é considerada, com justa razão, como de cunho nitidamente comuno-nazifascista. [...] o decreto é perigoso de ser aplicado porque a comissão encarregada de editá-los deverá preparar os textos com a posição ideológica

⁸ O Conselho Superior da Associação de Pais e Mestres e Associação de Antigos Amigos do Colégio Santa Maria foram acusados de, em uma das manifestações realizadas em Curitiba, terem depredado a redação do *Jornal Última Hora*. Os jornalistas do *Última Hora* consideraram ofensiva a atitude dos manifestantes e, estes reagiram publicando uma nota no jornal *Gazeta do Povo*, sobre as notícias publicas pelo *Última Hora* e sua ausência de compromisso com a educação dos jovens curitibanos. A nota é um exemplo das tensões entre as entidades contrárias ao governo federal os grupos de posição que não compactuava com a postura destas entidades (GAZETA DO POVO, 26 mar., 1964).

dominante no governo, como ocorrido com outras comissões que editam livros oficiais. [...] se a comissão resolver editar os livros com o único objetivo de levar aos alunos conhecimento e colocar um ponto final nos preços elevados, proibitivos a muitos e promover o barateamento do ensino proibindo a substituição dos livros adotados, então o governo terá alcançado uma vitória [...]. (VOZ DO PARANÁ, 1 mar., 1964).

As críticas aqui expostas foram direcionadas à comissão criada pelo governo de João Goulart para analisar e selecionar os livros didáticos. O foco dessas críticas se relaciona ao conteúdo que seria abordado no livro e que seria ensinado para os estudantes das instituições escolares. O jornal afirmava que o programa adotado estava contaminado de questões de caráter ideológico e político. As críticas deixaram transparecer, também, a situação da educação e do ensino, no Brasil, em razão dos altos custos e da falta de acesso de muitos jovens à escola. Essa situação de exclusão social privilegiava apenas alguns setores e garantia o lucro da indústria gráfica.

A democratização do livro didático se incluiu no projeto de reforma do ensino, apresentado no 1º Plano Nacional de Educação e elaborado, em 1962, por Anísio Teixeira. Visava, entre outros fatores, a enfrentar os problemas na educação, como o acesso pela população, sobretudo a mais pobre. Seu foco era o aumento dos investimentos na área para ampliar o número de matrículas e o acesso das crianças na escola, garantir aos jovens o acesso ao ensino profissional e qualificar tanto as instituições de ensino como os professores em sala de aula.

A perspectiva provocou reações entre as elites, os grupos conservadores e os setores da área do ensino privado. Sobre o “livro único”, vale uma ressalva. O livro de História fora escrito por Nelson Werneck Sodré, provavelmente a partir de seus cursos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Recontava o processo de formação da sociedade brasileira contrariando os mitos da história tradicional. Tal história pautava-se em uma perspectiva linear de tempo em que os grandes nomes emergiam como ilustres figuras construtoras da identidade nacional.

A proposta de Sodré era a de apresentar as transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira. Deslocou, de forma didática, o olhar para os problemas brasileiros priorizando uma visão materialista com ênfase na perspectiva econômica. Nela, os grupos hegemônicos e as oligarquias representavam um impasse para o desenvolvimento social do Brasil. Por isso sua crítica às grandes figuras da história do País.

Ao deslocar a análise para uma base materialista, os processos e as tensões eram o foco da análise do historiador. Não diferente da visão tradicional de história, aquela centrada no estudo dos grandes feitos e grandes nomes da história, também estabeleceu uma temporalidade linear para a história do Brasil com processos que começavam com a colonização e o Império, até chegar ao período republicano. Nessa lógica, o olhar para o escravo, o colonizado e o trabalhador lutando contra as grandes forças hegemônicas importava mais nessa concepção de história.

As associações cívicas femininas, para quem a valorização dos símbolos da Pátria e da Nação era formas de agregar os cidadãos, entenderam a proposta de história como uma afronta aos símbolos, heróis e espaços responsáveis pela consolidação da história nacional. Dessa maneira, entende-se a reação da UCF-PR quando os nomes consagrados da história oficial — como os da princesa Isabel, Duque de Caxias e Marechal Deodoro — foram profanados e retirados do panteão dos heróis.

Composta por diferentes setores da sociedade congregados na política, na Igreja e em associações empresariais e de classe, viu-se tecer, em Curitiba, um arranjo político que resultou no apoio ao golpe civil-militar de 1964. Embora tivessem interesses distintos, o que costurou o movimento anti-Goulart foram os ideais traçados pelos princípios do liberalismo clássico, da democracia cristã e do anticomunismo. Em pesquisa, Marcus Roberto de Oliveira (2004) organizou os interesses seguindo como elemento ideológico comum o anticomunismo, conforme mostra o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Setores contrários a João Goulart

Conservadores curitibanos	Representantes	Principal interesse	Principal orientação na crise de 1964	Elemento ideológico comum
Governo e aliados (PDC, UDN, PSD, PR).	Ney Braga.	Carreira política.	Democracia cristã (modernização conservadora).	Anticomunismo (oposição a um “sistema totalitário” onde o Estado controla, através de um partido político único, a vida social, cultural econômica do indivíduo).
Associação Comercial do Paraná (ACOPA).	Diretoria executiva da instituição.	Lucros de mercado, sobretudo as questões ligadas à indústria gráfica.	Liberal clássica (defesa da livre iniciativa, da liberdade de mercado e de pensamento).	
União Feminina Paranaense (UFC-PR).	Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima.	A defesa da ordem constitucional ou da legalidade contra as “Reformas de Base”.	Liberal antipopular (oposição à presença/atuação das massas populares na política).	
Oficialato militar.	Gal. Dario Coelho.	A defesa da instituição das Forças Armadas.	Nacionalista conservadora (“soberania nacional”).	

Fonte: OLIVEIRA (2004, p. 75).

Além dos aspectos políticos e econômicos, o que motivou as manifestações de rua contra João Goulart foi uma questão de caráter moral muito atrelada aos comportamentos e valores vinculados ao modelo de família, ordem e obediência. Esse elemento, difícil de ser mensurado, assumiu uma força espiritual que agregou sentimentos de medo e insegurança em torno de aspectos notadamente políticos. Aqui, fica compreensível a função do civismo enquanto interface religiosa. E os grupos sociais com essa característica foram aqueles que conseguiram congregar, em torno de si, organizações que, direta ou indiretamente, compartilhavam os mesmos princípios, como a veneração de símbolos nacionais e a disciplina inspirada no modelo militar.

Com esse propósito, em 1964, liderados pela UCF/PR, 19 associações paranaenses enviaram uma mensagem por meio de telegrama ao presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, em apoio às Forças Armadas. O Quadro 2 a seguir relaciona as entidades e as principais lideranças políticas, religiosas, empresariais, sindicais e de associações civis que endossaram o documento.

Quadro 2 - Associações e lideranças

Associações	Lideranças
União Cívica Feminina	Rosy Pinheiro Lima
União Cívica Estudantil	Paulo Duboc
Federação das Indústrias do Paraná	Jocy Bastos
Associação Comercial do Paraná	Ruy Itiberê da Cunha
Liga da Ação Democrática	Bento Munhoz da Rocha Neto
Mobilização Agrária do Paraná	Bronislau Ostoja Rogunski
Coordenador geral do grupo Ação Democrática	Ivo Arzua Pereira
Clube do Comércio	Carlos Alberto Pereira de Oliveira
Aliança de Defesa Nacional	Romário Teramoto
Associação dos Criadores de Bovinos do Paraná	Gen. Nelson Cruz
Círculo Operário Mercês	José Vieira da Silva
União Cívica Trabalhista	Salomão Pamplona
Liga de Integração Democrática	Gen. Eridio Stroppa
Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba	Pedro Orlando Gorne
Centro Paranaense Feminino de Cultura	Leonor Castellano
Liga das Senhoras Católicas	Dalila Lacerda
Comissão Brasileira Arte Amizade Mundial	Luiza Bueno Gomm
Federação das Congregações Marianas de Curitiba	Ruy Leite de Carvalho
Confederação Geral Democrática	Fidelis Reginato

Fonte: CPFC, 5 abr. 1964. Organizado pelo autor.

Essas associações intensificaram suas atividades, em 1964, momento de ofensiva contra João Goulart. Para esses segmentos, a preservação da democracia e a manutenção da ordem social seriam possíveis, na conjuntura dos anos de 1960, por meio da intervenção militar. Sua crença era a de que, com o País sob tutela das Forças Armadas, os valores morais e os interesses econômicos e políticos seriam protegidos com o colapso do populismo janguista e com a interrupção da crescente mobilização dos setores de esquerda e dos movimentos sociais articulados, naquele momento, em prol da agenda reformista.

Por essa razão, a mensagem congratulava-se:

[...] com o Congresso Nacional pela vitória das forças cívicas e democráticas nacionalidades, e, no momento em que todos os brasileiros dirigiam suas vistas para as duas Casas do Parlamento aguardando medidas legislativas e políticas reclamadas pela consciência nacional, espera consolidação da ordem democrática com a eleição de presidente apartidário que, interpretando o pensamento das gloriosas Forças Armadas, possa com a maioria dos partidos democráticos e da opinião pública salvar a nossa pátria do caos e da anarquia (CPFC, 5 abr., 1964).

As organizações encaram, euforicamente, o golpe como uma saída para a crise política da época. Na perspectiva das lideranças, a intervenção militar que destituiu um governo democraticamente eleito foi cirúrgica porque restabeleceu a ordem, preservando os valores do catolicismo, e protegeu o País da subversão e da anarquia.

Considerações finais

O golpe civil-militar causou uma ruptura na vida institucional ao encerrar o processo democrático brasileiro que retrocedeu com a ascensão da ordem que impôs a exceção como mecanismo de gerenciamento da vida social a partir de 1964. Os militares que chegaram ao poder, nessa configuração, muniram-se da retórica da defesa nacional e seu discurso logo encontrou eco nos setores da sociedade, como o religioso, o político e o empresarial, dispostos a colaborar com o regime que se estabelecia a partir daquele momento. Mobilizaram-se contra as forças ideológicas que, de acordo com as ideias da época, abalariam as instituições democráticas, as estruturas da família e os tradicionais valores da sociedade cristã ocidental.

Foi esse apoio político que se configurou em um arranjo midiático para atingir o presidente da República, João Goulart, fragilizar seu governo, eliminar seu caráter populista, frear as mudanças propostas com o projeto de reformas e abrir caminhos para uma intervenção militar, o objeto de análise deste artigo. Constatou-se que se formou uma frente política anti-Goulart composta por

membros de partidos políticos, pelo empresariado organizado na ACOPA, pela ala conservadora da igreja católica, representada pelo arcebispo metropolitano, dom Manoel da Silveira D'Elboux, e pelas associações femininas e de classe.

Nesse sentido, podemos entender que os protestos contra o “livro único”, como os que ocorreram em Curitiba, por exemplo, foram a estratégia das elites para desviar a atenção e evitar os debates públicos para o problema mais amplo da educação brasileira. O País tinha índices baixíssimos de matrículas para crianças em idade escolar e a maioria dos jovens estava fora da escola.⁹ O índice de analfabetismo era grande, sem contar o ensino superior: apenas 1% da população frequentava os bancos das universidades.

Foi esse grupo que apoiou, em nome de interesses políticos, econômicos e religiosos, e também rendeu aplausos ao golpe civil-militar. Para tais segmentos, isso significou a vitória do patriotismo e do civismo, mas instituiu um dos períodos mais sombrios da história recente brasileira. Para que isso pudesse se realizar sem conflitos e tensões sociais, o argumento utilizado era o da eliminação das energias subversivas que contaminavam a ordem moral e política. A imprensa do Paraná, nesse sentido, foi um instrumento de disseminação de ideias anticomunistas e incumbiu-se da tarefa de gerenciamento do debate e da opinião pública, sendo a porta-voz dos grupos que fizeram pressão para destituir o governo legalmente eleito.

Referências

A COBRA fumou. **Panorama**, ano XIV, n. 144. Curitiba, mai. 1964.

A PASSEATA. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 mar. 1964.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARCEBISPO DECLARA escola única é aberração. **Gazeta do Povo**, 25 de mar. 1964. 3a p.

BATISTELLA, Alessandro. **O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná**. Diálogos - Revista do Departamento de História e do

⁹ Segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC), sobre o período, apenas 46% das crianças até 11 anos de idade estavam matriculadas no sistema educacional.

Programa de Pós-Graduação em História, vol.18, dezembro, 2014, pp. 203-242 Universidade Estadual de Maringá, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305535325009>>.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1986.

CAMARGO, Mons. Florêncio da Silveira. **Dom Manuel da Silveira D'Elboux**. Vida e obra. Curitiba: Gráfica Voz do Paraná, 1972.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CODADO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302 – 2004.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre Brasil e o Chile. **Rev., Sociol., Polit.**, Curitiba, 15, p. 67-82, nov. 2009.

COMUNISTAS na Petrobrás. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 31 jan. 1964. 3a. p.

CPFC. **Livro de Ouro II**. Recortes de jornais diversos, década de 1960/1980.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e gole de classe. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

ENTIDADES FEMININAS congratulam-se com vitória do regime. **Gazeta do Povo**, 5 abr. 1964.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e de metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-75, jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADINI, Sérgio Luiz. Uma voz jornalista durante o regime militar no Paraná. **Ação Midiática**, n. 21, jan./jun. 2021. Curitiba, PPGCOM-UFPR, ISSN 2238-0701.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. **As representações anticomunistas na grande imprensa curitibana, 1961-1964**. Monografia (Bacharel em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999. 72f.

GOLPE. **Panorama**, ano XIV, n. 144. Curitiba, mai. 1964.

IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Ney Braga**: trajetória política e bases do poder. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós—Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 233. 1999.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo: 2012.

LABORIE, Pierre. 1940-1944: os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIVROS DIDÁTICOS: Decreto do governo. **Voz do Paraná**. Curitiba, 1 mar. 1964.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MESTRES E ALUNOS protestaram contra a encampação dos colégios. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 mar. 1964. 3a. p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A ofensiva conservadora na crise do populismo brasileiro: uma análise da coalizão antiGoulart em Curitiba-PR** (1961-1964). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 73. 2004.

POVO E GOVERNO do Paraná: liberdade do ensino. **Panorama**, ano XIV, n. 142. Curitiba, mar. 1964.

POVO FESTEJOU na Guanabara vitória das forças democráticas. **Diário do Paraná**. Curitiba, 2 abr. 1964.

PREFEITO DA CAPITAL enalteceu a vitória dos democratas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 3 abr. 1964.

PRESOT, A. A. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PROCLAMAÇÃO de Ney Braga ao Brasil. **Panorama**, ano XIV, n. 143, abr. 1964.

QUANTO PIOR, melhor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jan. 1964.

REFORMA SIM, mas não subversão: a palavra do episcopado do Paraná. **Gazeta do Povo**, 21 mar. 1964.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985**. Londrina: UEL, 2001.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. (Orgs.). **História e imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, p. 154. 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOBRE O INCIDENTE com Última Hora. **Gazeta do Povo**, 26 mar. 1964.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. O temor da comunização. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 6 mar. 1964.

SOETHE, Adolfo. À undécima hora. Editorial. **Panorama**, ano XIV, n. 144. Curitiba, mai. 1964.

SOETHE, Adolfo. Editorial. Infiltração. **Panorama**, ano XIII, n. 131. Curitiba, abr. 1963.

TELES, Edson. Políticas do silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. volume II. São Paulo: Editora Hicitec, 2009.

Recebido em: 23 de maio de 2025

Aceito em: 4 de agosto de 2025